

Superior Tribunal de Justiça

AgInt no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.475.744 - SC (2019/0079335-4)

RELATOR : **MINISTRO OG FERNANDES**
AGRAVANTE : **ELOI FRANCISCO FAE**
ADVOGADOS : **PEDRO MAURÍCIO PITA DA SILVA MACHADO - RS024372**
 LUCIANO CARVALHO DA CUNHA E OUTRO(S) - RS036327
 BRENDALI TABILE FURLAN - RS061812
 CÁSSIO AGUIAR MACHADO - RS076123
AGRAVADO : **UNIÃO**

DECISÃO

Vistos, etc.

Trata-se de agravo interno manejado por Eloi Francisco Fae contra decisão da Presidência desta Corte que não conheceu do agravo em recurso especial, por considerá-lo intempestivo (e-STJ, fls. 757-758).

O agravante aduz que o recurso é tempestivo, dentre outros argumentos, pelo seguinte (e-STJ, fl. 768):

Logo, mesmo que se considere que a contagem do prazo estava equivocada – o que se admite por argumento - terá havido, no mínimo, justa causa para o protocolo do prazo no dia 12.02.2019, já que o sistema E-Proc lançava essa data como o prazo fatal para interposição do apelo.

Sustenta assim o recebimento do recurso, em face da boa-fé processual.

Impugnação da União às e-STJ, fls. 790-795.

É o relatório.

Verifica-se que, nos termos do Enunciado Administrativo n. 3/STJ, "aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC".

Cumpra apenas consignar que esta Corte Superior acolhe a validade da informação eletrônica prestada pela instância ordinária que registra a data final para a interposição do recurso, como ocorreu no caso dos autos, de modo a preservar a boa-fé processual.

Nesse sentido:

PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. PRAZO. INFORMAÇÕES ELETRÔNICAS INCORRETAS. TEMPESTIVIDADE. JUSTA CAUSA. BOA-FÉ DO ADVOGADO. JULGAMENTO EXTRA PETITA. PREQUESTIONAMENTO. AUSÊNCIA.

1. "Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC".

2. As informações apresentadas de modo incorreto pelo serviço eletrônico configura justa causa apta a afastar a intempestividade do recurso, quando se verificar a boa-fé da parte prejudicada.
 3. Hipótese em que o sistema processual do Tribunal a quo informou data subsequente ao término do prazo recursal, em desconformidade com a nova legislação processual, circunstância que justifica o reconhecimento da tempestividade do recurso especial.
 4. A tese de julgado extra petita carece do requisito do prequestionamento, visto que não submetida ao crivo do Tribunal de origem, por meio de embargos de declaração, incidindo, assim, a Súmula 211 do STJ.
 5. Agravo Interno provido para reconhecer a tempestividade do recurso interposto contra o acórdão da Corte Estadual. Agravo em Recurso Especial não conhecido.
- (AgInt no AREsp 1.245.630/TO, Rel. Min. GURGEL DE FARIA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 9/5/2019, DJe 4/6/2019)

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. RECONHECIMENTO DA INTEMPESTIVIDADE DO RECURSO ESPECIAL. OMISSÃO QUANTO À ANÁLISE DAS INFORMAÇÕES PROCESSUAIS CONTIDAS NO SITE DO TRIBUNAL DE ORIGEM. CONTAGEM DE PRAZO. BOA-FÉ. ART. 223, §§ 1º E 2º, DO CPC/2015. APLICAÇÃO.

1. Hipótese em que foi reconhecida a intempestividade do Recurso Especial, uma vez que a parte recorrente foi intimada do acórdão recorrido em 06/09/2016, tendo-se interposto o Recurso Especial somente em 29/09/2016 (fora do prazo de 15 dias úteis, nos termos do art. 994, VI, c.c. os arts. 1.003, § 5º, 1.029, e 219, caput, todos do Código de Processo Civil). E, em se tratando da ocorrência de feriado local para efeito de tempestividade do recurso, a comprovação dar-se-á no ato da interposição, mediante documento idôneo, sendo inaplicável a essa situação específica a regra da possibilidade de regularização posterior.
 2. Ocorre que, da análise detida dos autos, extrai-se que, no mesmo ato ordinatório, evento 20 (e-STJ, fl. 332), o sistema eletrônico do Tribunal de origem (e-PROC) efetuou a intimação e calculou o prazo de 15 dias úteis para a interposição de recurso, fixando a data final para 29.9.2016.
 3. "A divulgação do andamento processual pelos Tribunais por meio da internet passou a representar a principal fonte de informação dos advogados em relação aos trâmites do feito. A jurisprudência deve acompanhar a realidade em que se insere, sendo impensável punir a parte que confiou nos dados assim fornecidos pelo próprio Judiciário" (REsp 1324432/SC, Rel. Ministro Herman Benjamin, Corte Especial, DJe 10/5/2013).
 4. Embargos de Declaração acolhidos com efeito infringente para reconhecer a tempestividade do Recurso Especial.
- (EDcl no AgInt no REsp 1.664.165/TO, Rel. Min. HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 5/4/2018, DJe 25/5/2018)

Ante o exposto, com fulcro no art. 1.021, § 2º, do CPC/2015, c/c o art. 259 do RISTJ, conheço do agravo interno para, em juízo de retratação, reconsiderar a decisão agravada, a fim de considerar o recurso especial tempestivo, devendo

Superior Tribunal de Justiça

os autos retornar conclusos para melhor análise da questão suscitada, sem prejuízo de novo exame acerca do cabimento do apelo nobre, a ser realizado no momento processual oportuno.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 07 de outubro de 2019.

Ministro Og Fernandes
Relator

